

linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

	2018	2017
Doações e subvenção para investimento	13.529	13.924
Circulante	539	-
Não circulante	12.990	13.924

17. Encargos setoriais: Por determinação da ANEEL, provisionamos e recolhemos mensalmente os encargos referentes a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Ministério de Minas e Energia. O saldo destinado aos projetos de P&D, acumulamos no passivo até a finalização do mesmo (os pagamentos ficam no ativo), quando então, fazemos um encontro de contas (ativo x passivo) para baixar o desta conta. Os saldos em 31 de dezembro são:

	2018	2017
Pesquisa e desenvolvimento	3.783	3.602
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	98	74
Ministério de Minas e Energia	49	37
	3.930	3.713

18. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 54.967 (R\$ 45.409 em 31 de dezembro de 2017), refere-se ao diferimento do PIS e da COFINS relativos à 9,25% da receita de construção total da Companhia. A liquidação dessa obrigação diferida ocorre pelo prazo da concessão à medida que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão. **19. Impostos diferidos:** A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável. Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

	2018	2017
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (i)		
Atualização do ativo financeiro	54.156	29.288
Total	54.156	29.288

(i) A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, principalmente, decorrente da atualização do ativo financeiro. **20. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2018	2017		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda				
(IRPJ) e da CS (CSLL)	146.565	146.565	71.206	71.206
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	36.641	13.191	17.802	6.409
Adições decorrentes do custo de construção - CPC 47 / IFRS 15	34.914	12.569	24.128	6.729
Exclusões decorrentes do reconhecimento do ativo contratual - CPC 47 / IFRS 15	(45.285)	(16.294)	(24.789)	(8.924)

	2018	2017		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	26.270	9.466	17.141	4.214
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	18%	6%	24%	6%
Passivo fiscal diferido	11.811	4.251	2.491	897
(-) IRPJ subvenção governamental (a)	(16.489)	-	(11.931)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	21.592	13.717	7.701	5.111
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	15%	9%	11%	7%

(a) A Companhia obteve, em 2009, o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional. **21. Partes relacionadas:** O saldo em aberto e as transações no exercício com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Ativo financeiro	Dividendos e juros sobre capital próprio	Forne- cedores
Equatorial Energia S.A.	-	16.062	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	16.062	-
Equatorial Energia S.A.	-	5.553	-
Electronorte	422	4.027	354
Chesf	380	1.305	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	802	10.885	354

Remuneração do pessoal-chave: O pessoal-chave da Administração incluí os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 1.260 ao ano, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 30 de abril de 2018. Remuneração da diretoria paga pela Companhia no exercício:

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	421	711

22. Contingências: A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo, principalmente, na esfera ambiental. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota a probabilidade de ocorrência de quaisquer desembolsos de caixa. Abaixo relação dos processos, cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos. A Companhia recebeu 2 atuações do IBAMA por, sucessivamente, deixar de atender: • Uma condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007, referente à prevenção de acidentes com uma fauna, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 3.100; e • Uma condicionante da Autorização para Supressão Vegetal nº 157/2007, referente à reposição florestal, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 2.000. A Companhia entende que cumpriu e vem cumprindo com todas as obrigações oriundas do seu licenciamento ambiental e apresentou defesa em todas as atuações informadas acima, relatando as medidas que foram e vêm sendo tomadas. Os consultores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perdas como possível e, portanto, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram registrados quaisquer valores de provisão. **23. Patrimônio líquido: Capital social.** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 188.556 (R\$ 170.000 em 31 de dezembro de 2017), representado por 170.000.000 ações ordinárias de R\$ 1,11 cada. Arquivada na Junta Comercial, em 12 de março de 2018, o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 18.555, mediante capitalização do saldo da reserva legal. Em 25 de junho de 2018, esse aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social está distribuído entre os seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	Participação %
Equatorial Energia S.A.	169.999.995	100
Outros acionistas minoritários	5	-
Total	170.000.000	100

Mudança de acionistas. Foi quitado, na data de 19 de dezembro de 2017, o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP) vendeu ações representativas de 51% do total do capital social da Companhia para a Equatorial Energia S.A. O valor da negociação, da transação mencionada no parágrafo acima, foi de R\$ 277.000 e obteve aprovação dos termos e condições da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 19 de abril de 2018, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Electronorte) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) transferiram suas ações para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A., tornando essa última a "nova" acionista da Companhia. Em 11 de abril realizado no dia 27 de setembro de 2018, a Equatorial Energia adquiriu os 49% das ações representativas da Companhia. Com a aprovação dos termos e condições da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 28 de dezembro de 2018, foi efetivado o *closing* da negociação, tornando a Equatorial Energia S.A. detentora de 100% das ações da Companhia. **Distribuição de dividendos.** Foram distribuídos no valor de R\$ 10.885 em dezembro de 2018, os dividendos mínimos obrigatórios, aprovados pela 87ª ata de Reunião do Conselho de Administração, referentes aos lucros apurados até o exercício de 2017. Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas

está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	111.256	58.394
(-) Reserva legal	(5.563)	(2.920)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(16.489)	(11.931)
(-) Ajustes de adoção do CPC 47 / IFRS 15 sem efeito caixa	(24.953)	-
Lucro líquido ajustado	64.251	43.543
Dividendos mínimos obrigatórios	16.062	10.885
Dividendos complementares	30.977	-
Dividendos propostos	47.040	10.885
Reserva de reforço de capital de giro	172.186	-

Reserva de lucros a realizar. Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 2018, foi constituído o montante de R\$ 51.264 na reserva de lucros a realizar. **Lucro por ação.** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por Ação), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	111.256	58.394
Denominador		
Total de ações no cálculo	170.000	170.000
Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	0,65	0,34

24. Receita líquida:

	2018	2017
Remuneração do ativo financeiro	103.779	96.507
Receita de operação e manutenção	31.642	13.771
Receita de construção bruta (a)	77.588	32.850
Receita de ativo de contrato	8.487	-
Outras receitas	11.719	4.588
Total	233.215	147.716
Impostos	(19.610)	(10.414)
PIS/COFINS corrente	(12.348)	(10.401)
PIS/COFINS diferido	(7.248)	-
ISS	(14)	(13)
Encargos setoriais	(5.650)	(5.412)
Reserva global de reversão	(4.272)	(4.239)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.378)	(1.173)
Impostos e encargos sobre a receita	(25.260)	(15.826)
Receita líquida de serviços	207.955	131.890

(a) Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.

	2018	2017
Custo de operação	(448)	(2.444)
Serviços de terceiros	(10.763)	(10.625)
Pessoal	(3.204)	(2.568)
Custo de construção	(38.687)	(32.850)
	(53.102)	(48.487)

25. Custos por natureza:

	2018	2017
Custo de operação	(448)	(2.444)
Serviços de terceiros	(10.763)	(10.625)
Pessoal	(3.204)	(2.568)
Custo de construção	(38.687)	(32.850)
	(53.102)	(48.487)

26. Despesas gerais e administrativas:

	2018	2017
Pessoal	(933)	(1.968)
Administradores	(539)	(711)
Serviços de terceiros	(1.054)	(1.611)
Outros despesas gerais e administrativas	(950)	(409)
	(3.476)	(4.699)
	2018	2017

27. Resultado financeiro:

Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	4.080	3.369
Acréscimos moratórios	23	70
Outras receitas financeiras	-	121
Total de receitas financeiras	4.103	3.560
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.461)	(10.193)
Outras despesas financeiras	(454)	(865)
Total de despesas financeiras	(8.915)	(11.058)
Resultado financeiro, líquido	(4.812)	(7.498)

28. Gestão de riscos financeiros: 28.1. Considerações gerais e políticas: A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, cujo controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. **28.2. Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475:** A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. **a. Risco de crédito e risco de demanda.** A atividade de transmissão é não competitiva. Não existe competição entre empresas (existe entre investidores, para obtenção da concessão). O preço é regulado (tarifa) e denominado receita anual permitida (RAP). A Companhia não pode negociar preços com usuários. A receita RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/aferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência. **b. Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Passivos financeiros	2018	2017	
__não derivativos	Valor contábil	Total	1-7 anos
Debêntures	201.998	201.998	201.998
Fornecedores	4.410	4.410	4.410
Dividendos propostos	16.062	16.062	16.062
Total	222.470	222.470	222.470

c. Risco de taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas. **d. Análise de sensibilidade.** A análise a seguir estima o valor

potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo se todas as outras variáveis constantes. • Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período. • Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável. • Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. • Cenário IV: Esta projeção foi majorada em -25% em relação ao cenário provável. • Cenário V: Esta projeção foi majorada em -50% em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Passivos financeiros	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)				
	Cenário Pro- vável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Debêntures	CDI 101.305	107.718	109.321	110.919	106.114
IPCA	100.693	103.935	104.746	105.556	103.125

Impacto no resultado

9.655	12.069	14.477	7.241	4.827
-------	--------	--------	-------	-------

Efeito líquido no resultado	97	50.596	101.096	(50.403)	(100.902)
Referência para passivos financeiros	Taxa em 31/12/2018	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	6,42	7,91	9,49	4,75	3,17
SELIC (% 12 meses)	6,43	8,08	9,69	4,85	3,23
TULP (% 12 meses)	6,72	8,75	10,50	5,25	3,50
IGP-M (% 12 meses)	7,54	4,25	5,10	2,55	1,70
IPCA (% 12 meses)	4,05	4,03	4,83	2,42	1,61

e. **Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento.** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida - RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **28.3. Gestão de capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia: • Dívida Líquida/EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos sobre a renda, incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização). • Dívida Líquida/(Dívida Líq. + Patrimônio Líquido). • Dívida de Curto Prazo/Dívida Total. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima. **28.4. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e em 1º de janeiro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

Em 31/12/2018	Ativos financeiros a custo		Outros passivos financeiros		Valor justo (Nível 2)
	VJR amortizado	financeiros	passivos	financeiros	
Caixa e equivalentes de caixa	-	190.567	-	-	-
Ativo de contrato	-	78.309	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	-	597.946	-	-	-
Fornecedores	-	4.410	-	-	-
Debêntures	-	-	201.998	201.998	-

Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 48/IFRS 9, as informações comparativas não foram representadas para refletir os novos requisitos. • **Valor justo (Nível 2)** - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis. **29. Seguros:** A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.

Ramo	Vigência	Importância	segurada
Riscos nomeados operacionais	27/07/2018 a 27/07/2019	205.206	
Responsabilidade civil geral	27/07/2018 a 27/07/2019	10.000	

O contrato de concessão, firmado entre a Companhia e o Poder Concedente - ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, determina que, durante o prazo de vigência da concessão, fica a Companhia obrigada a contratação de seguros para garantir a cobertura adequada dos equipamentos de relevância significativa das instalações de transmissão. A Companhia assume as responsabilidades pelos riscos de reposição ou recuperação de todos os bens integrantes da concessão e por variações das receitas, decorrentes de sinistros ou fatos extraordinários danosos as instalações excluídas. **30. Eventos subsequentes:** Em 25 de janeiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 219.226, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2018, sendo: (i) R\$ 172.185, com base na reserva de lucros a realizar; e (ii) R\$ 47.041, com base nos lucros acumulados no exercício de 2018. O pagamento dos dividendos aos acionistas da Companhia será efetuada em uma ou mais parcelas, até 31 de dezembro de 2019, sem atualização monetária ou incidência de juros entre a presente data e a data de efetivo pagamento.

Conselho de Administração	
Augusto Miranda da Paz Junior;</	